

Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela ‘verdade’ sobre a ‘violência estatal’¹

TIAGO LEMÕES

*El lenguaje, en lugar de ser solo un medio de comunicación,
se convierte en algo comunicable, infeccioso, que hace que las
cosas sucedan como si hubiesen sucedido en la naturaleza.*

VEENA DAS, 2008.

Introdução ao terreno das incertezas

No Brasil, a promulgação da “Constituição cidadã”, em 1988, estimulou a emergência de novos “sujeitos de direitos”, impulsionada pela aprovação de legislações progressistas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do

¹ As questões levantadas neste artigo foram formuladas a partir de minha pesquisa de doutorado, em curso, sob orientação da antropóloga Patrice Schuch (PPGAS/UFRGS). O estudo versa sobre a trama de agentes, instituições e demandas políticas que fazem da “população em situação de rua” um campo de engajamentos particulares e de intervenções múltiplas, no âmbito da “luta política” do Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada em diálogo com uma equipe de pesquisadores do Núcleo de Antropologia e Cidadania do PPGAS/UFRGS, na área do projeto de extensão “Práticas de governo, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção às pessoas em situação de rua”, coordenado por Patrice Schuch, com a participação de Bruno Fernandes e Pedro Leite, bolsistas e acadêmicos em Ciências Sociais. Agradeço profundamente a essa equipe, com a qual tenho intercambiado percepções e reflexões extremamente enriquecedoras ao longo do trabalho de campo compartilhado. É oportuno mencionar que a primeira versão deste artigo, intitulada “Vigiar, defender e lutar: sobre direitos e intervenção nas margens do Estado”, foi apresentada na XI Reunião de Antropologia do Mercosul, no GT “Direitos Humanos, Mobilização Social e Práticas Estatais”, coordenado pelas antropólogas Paula Lacerda, Pilar Uriarte e Patrice Schuch, as quais agradeço profundamente pelos comentários e sugestões.

Idoso, assim como pela multiplicação e o fortalecimento dos movimentos sociais em prol dos direitos da mulher, dos indígenas, da população negra e da luta pela reforma agrária. Ao mesmo tempo em que se conformavam novos princípios e linguagens para a adequação dos aparatos jurídicos ao contexto democrático, os engajamentos voltados para a “defesa” e “proteção” de “grupos vulneráveis” articulavam a linguagem da assistência social, da caridade e da filantropia aos movimentos sociais e à luta por direitos e autonomia, circunscrevendo, na acepção de Ferreira e Schuch (2010), um campo diverso de “agentes da transformação social”.

Não obstante a proclamação desses “avanços”, o investimento coletivo na luta contra a “exclusão social” foi escoltado pela criminalização das camadas pobres e negras da população brasileira, dentro de um quadro paradoxal no qual democracia, direitos, liberdade, medo, violência e segregação espacial e social integraram um cenário nebuloso e nada fácil de compreender. Na década de 1990, sob uma ampla celebração dos direitos humanos, assistimos, atônitos, aos massacres perpetrados pela PM contra um alvo majoritariamente composto por corpos negros, pobres e periféricos: no Carandiru, em Vigário Geral, mas também na Igreja da Candelária, lugar onde vidas de crianças e adolescentes foram interrompidas enquanto ainda se podia ouvir o ruído das comemorações pelo ECA. Esse teor paradoxal tem a pretensão de nos contar um segredo há muito revelado: os direitos humanos constituem um campo no qual versões, interpretações e concepções estão em constante disputa e negociação, forjando “frentes discursivas” de acordo com contextos históricos específicos, produzindo e selecionando seus alvos privilegiados de ação (Fonseca & Cardarello, 1999).

Há algum tempo, a antropologia, ao se debruçar sobre a produção de significados e embates em torno dos direitos humanos, tem insistido no caráter dinâmico e contextual de práticas e sentidos de direito e de justiça, argumentando que pretensas universalidades, que perpassam tratados e declarações, guardam uma trajetória histórica relacionada à elaboração do direito moderno. Para alguns, trata-se de um axioma ocidental de justiça que não sintetiza a multiplicidade de valores e sensibilidades jurídicas existentes e, por isso, um de seus principais efeitos reside na elaboração de discursos de poder e de práticas de controle de determinadas coletividades (Bates, 2013). Uma vez conformada por quadros

históricos e sociais de extremas desigualdades, a triagem de acesso aos direitos acompanha as hierarquias sociais e raciais vigentes em determinados contextos, forjando os “humanos direitos”, idealizados como legítimos merecedores de vozes em suas defesas (Ribeiro, 2004).

É frente a tal situação que se depreendem, contudo, novas linguagens e mobilizações que passam a reivindicar tanto o reconhecimento do “direito a ter direitos”, quanto à distribuição igualitária do poder de fala, representatividade e denúncia de “violações”. Movimentos sociais têm emergido a partir dessa gramática de luta contra a “injustiça”, desestabilizando a produção estatal das “zonas de não-direito”, contestando processos de dominação, positivando identidades “subalternas” e lutando não somente por reconhecimento, mas, igualmente, por mudanças nas relações de poder (Lamoureux, 2013). Nesse jogo de forças, experiências partilhadas de dominação colonial não se limitam a compor apenas “percursos de despossessão”, marcando, também, trajetórias que lapidam uma subjetividade política comum e coletiva (Hébert, 2013). Em suma, para além de suas potencialidades na conformação de específicas tecnologias de governo, a linguagem dos direitos é tributária de performances contestatórias e de importantes espaços de luta política e expressão pública de demandas de direitos, dignidade e existência social.

Partindo dessa perspectiva multifacetada, inerente aos embates políticos que entrecruzam arenas distintas de negociação e enfrentamentos, busco explorar, neste texto, a produtividade política da mobilização social de “pessoas em situação de rua”² contra a violência perpetrada por

² Utilizarei neste artigo a denominação “pessoas em situação de rua”, por ser a categoria largamente utilizada, nos últimos dez anos, por militantes, profissionais, pesquisadores, técnicos e órgãos governamentais. Alguns autores atribuem positividade à essa nomeação, na medida em que aponta para a heterogeneidade das experiências sociais, em contraposição às denominações anteriores, marcadas pela ideia da falta e da destituição total. Para Schuch, por exemplo, a nomeação “situação de rua” representa um esforço em atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização, considerando o “habitar a rua” como uma forma de vida possível e distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na carência de moradia fixa (Schuch, 2007 apud Schuch et al, 2008). Sugiro, contudo, que a própria categoria “situação” denota um anseio geral pela “reintegração” de vidas em situações superáveis de *risco*, em face do cenário em que se promove visibilidade política e governamental à questão, mas que também a apresenta como um problema social e urbano a ser superado. Nesse sentido, “situacionalizar” “modos específicos” de existência social e política pode comunicar e mobilizar um consenso pela superação, ou mesmo pela erradicação tanto de uma “situação” inadmissível, quanto de vidas imersas em tal “situação”.

instituições estatais, especificamente durante os preparativos para a Copa do Mundo (2014), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Naquele cenário conturbado, militantes e apoiadores do Movimento Nacional da População de rua³ (MNPR), reivindicavam às autoridades estatais a “garantia dos seus direitos”, enquanto denunciavam ações de “higienização social”, traduzidas em remoções compulsórias e enclausuramentos forçados que vieram a público, singularmente, na forma de rumores. Por isso, o núcleo das experiências etnográficas descritas a seguir é composto pela circulação de relatos sobre remoções forçadas, ameaças, espancamentos e torturas praticadas, sobretudo, por policiais que foram “denunciados” em reuniões do MNPR e em eventos públicos específicos sobre o tema.

Tal foco analítico deve-se, propriamente, ao poder das fofocas, intrigas e rumores que, na acepção de Veena Das (2004), podem abrir caminhos numa trama de embates por direitos, representando e reelaborando a lei nas experiências cotidianas. Gerando medo e indignação, os rumores também circunscrevem um espaço para a narração da vida real, explicitando conflitos, tematizando relações históricas de desigualdade (Trajano Filho, 1993) e questionando a própria ilegibilidade das práticas estatais violentas, sugerindo, insinuando e fazendo circular relatos de terror e brutalidade (Araújo, 2016). Em Porto Alegre, no período em questão, toda a trama de acontecimentos que ganhou notoriedade na mídia local e envolveu agentes e instituições públicas foi tecida justamente pela potência que esses rumores — meros relatos “sem provas” para o poder público — adquiriram na cobrança de engajamento e responsabilização estatal; nas brechas pela qual o Estado produzia a si mesmo (como sensível, comprometido e engajado); na articulação entre garantia discursiva de direitos e gestão de territórios e “populações”; e, por fim, na visibilidade dos discursos contestatórios e denunciativos proferidos pelos militantes do MNPR.

³ Como culminância das inserções da “população em situação de rua” no cenário político (que provocaram uma pluralização das nomenclaturas, tais como “povo sem casa”, “povo de rua” e, por fim, “sofredores de rua”) fundou-se em 2005, na capital paulista, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em face do Massacre da Praça da Sé, que figura hoje como narrativa fundadora do MNPR (Melo, 2013) e como estopim para reivindicação e organização política desses sujeitos cuja força ganha amplitude a partir do decreto presidencial 7.053/09, que institui a Política Nacional para a População de Rua. Para análises específicas sobre a constituição do MNPR e suas dinâmicas de luta política, ver, por exemplo, De Lucca (2007), Mello (2013) e Lemões (2014b).

Concentro minhas reflexões, especificamente, nos desdobramentos de dois eventos deflagrados pela circulação de informações sobre intervenções truculentas contra “pessoas em situação de rua” na cidade ao longo dos meses que antecederam a Copa do Mundo. O primeiro evento corresponde ao seminário sobre “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo”, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores (CEDECONDH), em parceria com o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública da União (DPU) a Defensoria Pública do Estado (DPERS) e a base regional do MNPR. Os encaminhamentos desse seminário desembocaram no segundo evento, representado pela conformação de um grupo de parceiros, constituído por militantes do MNPR, autoridades estatais e vereadores incumbidos de coletar relatos de “violência policial” contra a “população em situação de rua”.

Nos jornais, o grupo ficou conhecido como a “Patrulha dos Direitos Humanos”, percorrendo as ruas da cidade e entrevistando “moradores de rua” em busca de “dados precisos” sobre as proclamadas intervenções violentas, declarando, ao final de duas semanas de trabalho, que tudo não passava de especulações. No entanto, veremos, pelo mergulho etnográfico no desencadeamento e nos efeitos dessas intervenções, que as mesmas ações voltadas à “proteção” das pessoas e à identificação de “provas” necessárias contra atuação policial; na verdade, produziram a gestão espacial de determinados grupos, aconselhados a buscar refúgio em outros lugares da cidade frente à inevitável ameaça da força policial. Efeitos que, em alguma medida, direcionam nossas atenções para o fato de que é justamente na administração de “populações” e “territórios marginais” que certas funções soberanas são aplicadas, refeitas, mimetizadas e legitimadas (Das & Poole, 2008).

Antes de avançar na etnografia, para que se possa compreender melhor as condições específicas nas quais o trabalho de campo foi realizado, gostaria de elucidar, brevemente, as particularidades de meu engajamento etnográfico — compreendido, aqui, na acepção de Fassin (2011), como um engajamento com as pessoas e com o debate público concernente às problemáticas implicadas em nossas pesquisas.

Muita tinta já foi gasta para argumentar sobre o fato de que o recorte de pesquisa diz muito sobre nossas escolhas políticas, experiências individuais e trajetórias sociais. A noção de *afecção*, cunhada por Favret-Saada (2005),

radicaliza essa assertiva ao valorizar experiências de um diálogo não planejado, concedendo estatuto epistemológico a situações de comunicação involuntária e não intencional, justamente quando se pretende encerrar a incursão etnográfica entre o “observar” e o “participar”. “*Ser afetado*”, para a antropóloga, é partilhar as mesmas intensidades, sentimentos, revoltas e desejos que animam os atores engajados em determinado coletivo social. É, no limite, desprender-se da constante posição analítica em campo, respaldada pela “observação participante”, e assumir lugares múltiplos nos quais nossos interlocutores colocam-nos, chamam-nos a existir, desde que também estejamos preparados para, muitas vezes, desconstruir nossas próprias convicções políticas e existenciais.

Desde 2013, quando participava, pela primeira vez, das reuniões do MNPR, os militantes foram deixando cada vez mais claro que a minha inserção no grupo não serviria para brindar a academia com a conclusão exitosa de mais uma pesquisa. Tampouco aguardariam os resultados positivos que a defesa de uma tese de doutorado supostamente traria para a visibilidade de suas reivindicações. Mais do que tudo, a “mão na massa” teve de ser posta “aqui e agora”, no envolvimento diário, político e afetivo, por meio do qual fui assimilando modos distintos de fazer política e, ao mesmo tempo, desfazendo-me de algumas posições pré-concebidas, muito ancoradas no enfrentamento direto com o Estado. Trata-se, assim, de uma experiência através da qual fui aprendendo, com eles, a reivindicar direitos e partilhar revoltas, indignações e sentimentos de injustiça. Acredito que, assim, foi possível levar a sério o fato de que, em campo, não somos o tempo todo apenas antropólogos preocupados com o desvelar de uma racionalidade supostamente encoberta aos atores sociais (Oliveira Filho, 2009), mas somos conclamados a assumir outros “papéis” pela própria força e vontade política dos grupos envolvidos. E, mesmo antes dessas múltiplas posições em campo, somos e trazemos potencialidades infinitas de sentir, ver, mudar e refletir sobre a forma como compreendemos e dinamizamos o mundo com as pessoas que (e com as quais) estudamos.

As condicionalidades para o exercício do trabalho etnográfico, portanto, assinalam que “*ser afetado*” é um processo que ultrapassa, em

muito, a dimensão subjetiva do pesquisador que “se deixa afetar” por outras intensidades. Em minha experiência, a *afecção* relaciona-se a certa ética antropológica, na qual ganha centralidade o compromisso com os interesses e deliberações dos sujeitos de pesquisa, que desenvolvem importantes mecanismos de controle sobre indivíduos e instituições dispostos a descrever e analisar suas vidas. Como parte de uma política estratégica, direcionada a todos que se aproximam por razões diversas, os integrantes do MNPR (mulheres e homens “em situação de rua”, juntamente com trabalhadores dos serviços socioassistenciais) exigem responsabilidades e engajamentos efetivos com suas “causas”. Aqui, *afecção*, ética e compromisso fazem parte de possibilidades específicas de engajamento etnográfico, em meio a muitos caminhos possíveis para a prática antropológica.

Por isso, escrevo no interesse não somente de analisar e refletir sobre a trama de agentes e instituições em luta, mas também de contribuir, de alguma forma, com a mobilização social e política daqueles que lutam pelo poder de fala, reconhecimento e visibilidade de algo que definitivamente não pode ser ocultado: a ação violenta e discriminatória dos agentes da segurança pública contra grupos que, historicamente e por razões diversas, habitam o espaço público. Se escrever, para Fassin (2011), é sempre trair — na medida em que acessamos saberes que nem sempre as pessoas gostariam de revelar — deixar de escrever é atrair uma das intenções cruciais da pesquisa: explicitar a continuidade de regimes violentos de intervenção e a potência da ação coletiva contra múltiplas formas de aniquilamento de suas vozes e existências.

Sempre pisando no terreno das incertezas, busco exercer uma forma de engajamento etnográfico que seja, também, um engajamento com a cidade e com o debate público sobre os conflitos morais e sobre a multiplicidade dos jogos políticos que conjugam cuidado e repressão, defesa e remoção, direitos, cidadania e violência. Não se trata de apontar falhas humanas ou julgar ações e posicionamentos, mas de inserir o conjunto da experiência de campo numa reflexão crítica que contribua para um debate mais amplo sobre um tema tão caro aos estudos antropológicos em meio à reivindicação de direitos. Por isso mesmo, os caminhos analíticos e reflexivos delineados a seguir são absolutamente passíveis de

críticas, debates, contraposições e justificativas inerentes à própria “vida social ativa” (Fassin, 2011) das ideias contidas em nossos textos; que eles possam ser superados, contrapostos, multiplicados, mas que contribuam com outros caminhos e desafios, alimentando debates mais consistentes e evitando ao máximo o aprisionamento das ideias em estreitas caixas interpretativas.

Quando a ocasião faz a proteção

Em 2014 o jornalista dinamarquês Mikkel Jensen esteve no Brasil para realizar um documentário sobre a Copa do Mundo, encomendado por uma emissora de TV internacional. As entrevistas realizadas junto a ONGs e comissões de direitos humanos no Rio de Janeiro e em Fortaleza revelaram que de 2007, quando o país foi escolhido sede da Copa, até 2012, a polícia militar carioca havia exterminado uma média de 885 cidadãos ao ano; enquanto em Fortaleza, multiplicavam-se grupos de extermínios (formados por agentes da segurança pública contratados por poderes privados) contra crianças “em situação de rua”. Em *The Price of World Cup*⁴, documentário publicado por Jensen, são ouvidas diferentes vozes de um drama comum: as remoções de comunidades pobres do Rio de Janeiro e o extermínio de vidas expostas no espaço público. A partir de 2013, noticiários internacionais também passaram a anunciar que “*des SDF seraient tués pour préparer le Mondial*”⁵ em decorrência de “*una limpieza de los sin techo*”⁶. Questionado por jornalistas brasileiros, Jensen reconheceu que suas informações não foram confirmadas pelos órgãos públicos, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará alegou não possuir registros de mortes de crianças

⁴ O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Er_mwgfW_Q>.

⁵ BERSET, Flora. *Le Matin*. « Des SDF seraient tués pour préparer le Mondial ». Suisse, 24 de de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.lematin.ch/monde/sdf-seraient-tues-preparer-mondial/story/23742509>>.

⁶ ARIAS, Juan. El País. “Miedo en Brasil a una limpieza de los sin techo por la celebración del Mundial”. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2013/04/29/actualidad/1367188751_053079.html>.

relacionados aos casos relatados pelo jornalista. A partir de então, as informações levantadas por Jensen, apesar de impactantes, foram transformadas em relatos “sem provas concretas”⁷.

Em escala nacional, já no segundo semestre de 2014, a retirada de pessoas das ruas anunciou-se em muitas cidades brasileiras, com destaque para a capital carioca, onde o Ministério Público teria identificado o recolhimento de “669 mendigos”⁸ às vésperas da Copa do Mundo. Em Porto Alegre, embora as remoções de comunidades já fossem uma realidade há alguns anos⁹, a mesma intervenção sobre “pessoas em situação de rua” ainda ocupava a dimensão dos “boatos”, sobretudo entre os integrantes do MNPR¹⁰ e agentes da assistência social. Nos últimos meses de 2013 e no início de 2014, a relação entre a Copa e o aumento da truculência dos aparatos repressivos, nas reuniões do MNPR, era uma apreensão debatida ao lado de outras questões, como a qualidade dos serviços públicos de acolhimento e a necessidade de ampliar o engajamento político tanto de pessoas “em situação de rua” quanto de agentes e instituições da rede socioassistencial — potenciais apoiadores da mobilização.

A questão da “violência policial” passou a ser o centro das discussões somente a partir do final de março de 2014, quando, em reunião do MNPR, uma informação partilhada por Veridiana, militante e técnica da

⁷ CAMERA, Mário. *Terra*. “CE: reporter fujão admite que não checkou informação”. Paris, 17 de abril de 2014. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/ce-reporter-fujao-admite-que-nao-checkou-informacao,516f3c02c6b65410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>.

⁸ A prefeitura do Rio de Janeiro teria legalizado a retirada compulsória de crianças, adolescentes e adultos “em situação de rua” a partir da aprovação, em 2011, da resolução 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social, sob o pretexto de conter o uso de drogas no espaço público. PUFF, Jefferson. *BBC Brasil*. “MP diz que Rio tirou 669 mendigos das ruas para Copa apesar de proibição”. Rio de Janeiro, 3 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140628_rio_mendigo_wc2014_jp>.

⁹ Na capital gaúcha, 2.318 famílias haviam sido desalojadas até 2012, quando a cidade era a segunda no *ranking* de remoções, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (Gutierrez, 2014).

¹⁰ Atualmente a base regional do MNPR, em Porto Alegre, realiza reuniões semanais na Escola Porto Alegre (instituição pública voltada à educação e formação de pessoas em situação de rua), onde seus integrantes articulam pautas da mobilização política, recebem relatos sobre a precariedade dos serviços públicos, sobre as agressões físicas e morais que doravante ocorrem nestes espaços e no contexto das ruas; planejam protestos e manifestações e participam de grupos de trabalho com diferentes órgãos e instituições voltados à questão da política de assistência social na cidade.

Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)¹¹, produziria uma importante inflexão nos modos de engajamento e no foco da mobilização política levada a cabo até o momento. Segundo ela, ao entrar em um taxi, o motorista teria lhe dito que “moradores de rua” do centro da capital estavam sendo enviados compulsoriamente para o município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre, e confinados em galpões clandestinos onde seriam mantidos com “cama, teto e alimentação” até o final do Mundial. Embora a informante tenha deixado claro não poder afirmar a “veracidade” dessa “história”, seu compartilhamento foi suficiente para produzir inquietações alarmantes. “Cadê os direitos humanos nessa hora?” — questionou-se Rosângela, militante em “situação de rua”, deixando transparecer sua percepção de que a “ausência de direitos” e de agentes encarregados de suas garantias eram fatores determinantes para as possibilidades reais de “higienização social”. Cristina, psicóloga da rede assistencial, comprometeu-se em averiguar se haveria, de fato, uma “agenda de limpeza social nos serviços de abordagem social”, a ser seguida pelas mesmas instituições que, semanas antes, eram cogitadas como possíveis apoiadores do MNPR.

Nas reuniões subsequentes, não se falava em outra coisa. Militantes vinculados às instituições socioassistenciais afirmaram que um grupo de técnicos dos serviços estava de sobreaviso para a “retirada de pessoas do espaço público”. A despeito da possível excepcionalidade destas intervenções em tempos de Copa, Veridiana advertiu que “dependendo da concepção de governo, a pressão para limpar as pessoas das ruas é maior ou menor, mas ela está sempre presente” e que “as pessoas têm o direito de ficarem nas ruas, embora saibamos que quem está nas ruas não está bem”¹². O fato é que muitos relatos de agressões e maus tratos, dentro e fora das instituições assistenciais, passaram a ser qualificados pelos militantes como “violações de direitos” que precisavam ser denunciadas de alguma forma. Cícero, militante “em situação de rua”, estava preocupado com a aglomeração de pessoas no mesmo espaço, pois “o pessoal está com medo por causa da Copa e estão se juntando

¹¹ Órgão responsável pelos serviços e programas socioassistenciais na cidade.

¹² Notas de campo, 28 de maio de 2014.

no mesmo lugar, só que muitos brigam e quase se matam porque são rivais”¹³. Com a frequência dessas informações, decidiu-se pela formação de “grupos de vigilância”, formados por integrantes do MNPR, que ficariam atentos para fotografar ou filmar qualquer expressão de violência ou remoção forçada nas ruas da cidade.

Em pouco tempo, novos atores e rumores entraram em cena. Lideranças de outros movimentos sociais, vereadores, Ouvidoria de Segurança Pública (OSP), técnicos de programas de defesa de direitos humanos da capital e da região metropolitana aproximaram-se para um diálogo mais intenso com os integrantes do MNPR, em face de relatos crescentes de “higienização social”. Os rumores sobre os galpões de Viamão, portanto, deram o tom da especificidade e visibilidade necessárias para consolidar uma rede institucional que se formara naquele momento. Paulatinamente, essa trama de parceiros passou a reiterar a ideia de que os relatos precisavam ser preenchidos com “informações concretas”. Para tanto, era necessário sair da esfera dos rumores e “construir fatos”, com dados precisos e denúncias oficialmente registradas — algo considerado impossível pelos que habitavam as ruas da cidade pelo mesmo motivo que os levariam a denunciar: a continuidade das agressões no espaço público. Nesse contexto, não tardou para que a câmara de vereadores, por meio da CEDECONDH (então presidida por Alberto Kopittke, vereador petista) promovesse um seminário de discussão entre o MNPR e autoridades estatais. O evento, intitulado “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo”, ocorreu um mês após o surgimento dos rumores sobre os galpões de Viamão e se constituiu em um espaço onde casos de “violência policial” e suspensões arbitrárias das instituições de acolhimento foram publicamente relatados, adquirindo impressionante potência política.

Na mesa de abertura, Francisco Vieira, sub-comandante da brigada militar, estava fardado, visivelmente nervoso e atendendo a ligações no celular. Aos inúmeros casos de abuso de autoridade relatados no seminário, ele foi categórico ao afirmar que “existe falta de preparo de muitos policiais, mas isso é uma minoria que não pode ser generalizada”, reiterando,

¹³ Idem.

também, que as denúncias precisavam chegar até a Brigada Militar (BM) para que devidas providências fossem tomadas. O presidente da FASC, Marcelo Soares, garantiu — em meio aos gritos de “nós que sabemos o que passamos” e “na frente da câmera você fala bonito” — que “não haverá higienização em Porto Alegre, pois isso não passa de um boato”, afirmando que o seu compromisso seria com a “população em situação de rua”. Em seguida, a diretora técnica da FASC, Marta Borba, apresentou *slides* com dados sobre os serviços de acolhimento, com números de vagas e atendimentos mensais adaptados ao que denominou “tipologias de vulnerabilidade” dos usuários, como “abusos de drogas, ausência de recursos materiais e rompimento de vínculos afetivos”. Por sua vez, a promotora pública, Liliane Pastoriz, na esteira de uma tendência nacional de engajamento do MP com a defesa de direitos da categoria em questão, revelou: “eu aprofundei os estudos sobre a realidade de vocês. Vocês são pessoas invisíveis da sociedade, expropriados de tudo e sem noção de público e privado. O que é público para nós, é privado para vocês” — deixando claro que a partir de então estaria engajada a favor do direito de “pessoas permanecerem nas ruas”, igualmente manifestando sensibilização com a causa e inclinação para o estudo e compreensão da “realidade” dos sujeitos em questão.

No entanto, os relatos de agressões diversas multiplicavam-se por entre a performatividade estatal. Diego, homem branco de aparentemente 35 anos, afirmou que fora agredido por policiais quando vendia artesanato nas escadarias de uma igreja e que, ao denunciar, fora avisado na delegacia que certamente sofreria as consequências na pele. Richard, militante do MNPR, por sua vez, alegou ter presenciado uma cena de agressão perpetrada pela guarda municipal, cujos agentes teriam utilizado arma de choque contra um usuário que acabara de sair do banho em uma instituição de acolhimento. Outros relatos de violência acumulavam-se e interrompiam por repetidas vezes as falas das autoridades à mesa. Mas, curiosamente, apenas um deles teve destaque e acabou por forçar o início de mais um capítulo nessa história. Wagner, homem de cabelos e olhos escuros, fala mansa e movimentos lentos, inscreveu-se para falar. Posicionou-se de costas para o major Vieira, de frente para a plateia e para os *flashes* e gravadores da imprensa local, para, então, comover a todos:

Estupraram e mataram a minha irmã quando ela tinha 14 anos. Depois que o cara saiu da cadeia eu me vinguei e matei ele, mas já cumpri a minha pena. Hoje eu estou estudando e nunca mais cometi crimes. Mas mesmo assim eu sou espancado pela polícia só porque eu sou ex-presidiário e morador de rua. É o *Stevie* [apelido de um policial] e mais dois que me machucam toda vez que eles me pegam. Já sumiram com dois conhecidos meus. Jogaram eles no rio Guaíba com tijolos no pescoço. Disseram que se eu denunciar, o próximo vai ser eu (Diário de campo, 08/05/2014).

Após o relato de Wagner, generalizou-se a ideia de que a denúncia era grave e precisava ser apurada. O major Vieira disse não saber do caso e novamente afirmou que esses acontecimentos precisavam chegar ao conhecimento da BM, mas garantiu que aquele “suposto abuso” seria apurado pelos órgãos fiscalizadores. Os vereadores Alberto Kopittke, do PT, e Fernanda Melchionna, do PSOL, solicitaram que fosse garantida a proteção de Wagner, que a partir de então ficou sob a responsabilidade de Consuelo, advogada e integrante do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos¹⁴ (PPDDH), que já participara das reuniões do MNPR há pelo menos um mês. Alguns encaminhamentos foram firmados no encerramento das discussões: a qualificação permanente da polícia militar e civil, a criação de indicadores sobre o número de óbitos de “moradores de rua” e a constituição de uma comissão encarregada de coletar denúncias individuais e dar continuidade ao debate durante o período da Copa. Essa comissão seria composta pelos vereadores presentes, vinculados à CEDECONDH, pelo MNPR, pelo PPDDH, pela OSP, por pesquisadores e estudantes universitários e pelo MP, na figura da promotora Liliane Pastoriz. Era o crepúsculo de muitos outros debates públicos e ações midiáticas sobre a questão da retirada ou permanência da “população em situação de rua” nos espaços públicos de Porto Alegre.

* * *

¹⁴ Programa criado em 2004 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2007, tornou-se uma política nacional por meio do Decreto Presidencial nº 6.044/07. Sua proposta de ação inclui medidas que visem a proteção de pessoas que estejam em “risco” ou ameaça em decorrência da atuação na defesa dos direitos humanos. Além da proteção da integridade física dos defensores, o programa, por meio de suas equipes técnicas, empenha-se na superação das “causas” que geram as situações de risco.

Para refletir acerca dos desfechos do seminário, pode ser pertinente considerar que a “ocasião faz a proteção”. Ao retomar as falas de representantes da BM, do MP e da FASC, não é exagero sugerir que no mesmo instante em que aquelas autoridades (com distintas motivações para ali estarem) nomeavam, classificavam e disseminavam saberes, estatísticas e sensibilidades sobre os direitos da “população em situação de rua”, atualizando a compreensão de um “problema social”, também construíam e legitimavam aquilo que representam: o Estado. Ao mesmo tempo em que criavam as realidades que enunciavam (Foucault, [1979] 2014) e encarnavam o papel público que representam (Pinheiro-Machado, 2008), também produziam “ideias de Estado” sobre si (Blázquez, 2012): um MP com promotores sensíveis ao tema, uma FASC comprometida com a defesa dos que habitam as ruas, e uma BM com dois ou três agentes sem preparação, que não representavam a conduta geral de seus contingentes. Nesse cenário performático, no qual o Estado fala *para, com e sobre* as suas *margens* (Das & Poole, 2008) os desfechos da enunciação pública e midiaticizada de uma trajetória de sofrimento, como a de Wagner, parece ter potencializado ideias tão produtivas sobre direitos, cidadania e segurança pública, pois sobre o seu testemunho esses conceitos ganharam materialidade e ressonância.

Aquele testemunho (noticiado nos jornais como o “depoimento mais impactante”) mobilizou, certamente, uma cadeia de valores compartilhados. Wagner amarrou, em sua fala, conceitos e sentimentos difusos sobre justiça, família, infância, crime e violência que, de certa forma, concederam inteligibilidade e coerência à sua narrativa: uma memória de experiências perversas a ser revivida e comunicada a outrem, uma vida a ser exposta e uma verdade dita perante um público a ser convencido (Saillant, 2013). A imediata inserção de Wagner em um programa de proteção, entre tantas outras denúncias, nos remete, outrossim, à prevalência de uma economia moral nos processos de avaliação do outro, quando a exibição da comisseração substitui a garantia de direitos enquanto uma obrigação do Estado (Fassin, 2014). Nestes termos, não podemos esquecer-nos de duas coisas ditas por ele: “já cumpri minha pena” e “hoje estou estudando”. Estas afirmações, que encarnam a “recuperabilidade” como um dos princípios fundamentais do espaço estatal (Scott, 2013), relacionam-se com a incitação à responsabilidade

individual, que marca um regime mais amplo de *governamentalidade* neoliberal no qual os sujeitos são encorajados a otimizar, anunciar e comprovar suas escolhas individuais¹⁵ (Hilgers, 2013).

Sem a coexistência de específicos valores e moralidades, saberes e regimes de governo, talvez o depoimento de Wagner não teria alcançado tamanha amplitude. Mas não somente por isso: suas revelações despiram as contradições e incompletudes das garantias proclamadas naquela mesa de autoridades. Quando tudo parecia boatos e rumores, quando gestores garantiam que não haveria higienização social na cidade, quando se atribuía excepcionalidade aos casos de violência policial, Wagner aparece para zombar de verdades afirmadas, ao mesmo tempo em que o caso serviu, posteriormente, para reforçar a ideia de que aquelas situações de violência eram isoladas. A solicitação imediata de sua proteção era só o início das ambiguidades discursivas que desembocariam, voluntariamente ou não, no cruzamento de ações de defesa de direitos com esforços municipais para a remoção dos “indesejáveis” do espaço público.

É na madrugada que a constituição é rasgada

“Eu sou morador de rua e tenho direito a ter direitos”. Esse era o lema da campanha lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com o Centro Nacional de Defesa dos Direitos da população em situação de rua e Catadores de Materiais Recicláveis¹⁶ (CNDDH), com o objetivo de fortalecer a atuação do MP na

¹⁵ Esse contexto não é novo para os grupos em questão, pois é a partir destas referências que certos “saberes das ruas” foram aprimorados: na conformação do merecimento da ajuda alheia, a exposição de um corpo debilitado ou a inclinação a “mudar de vida”, pelo discurso da superação, estruturaram as formas como a “população em situação de rua” enxerga-se nos espelhos sociais que lhes são disponibilizados (Lemões, 2014a).

¹⁶ O CNDDH foi implantado em 2011 pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), em atendimento às demandas conjuntas do MNPR, do MNCR e do Fórum Nacional da População de Rua. Conforme folder explicativo lançado este ano pelo CNDDH, a dinâmica de atuação do Centro, por meio de seus Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) em 440 cidades, abrangendo todos os estados brasileiros (com exceção de Roraima) consiste na sistematização de dados e produção de conhecimento sobre violações e planejamento de formações e capacitações que viabilizem a eficácia das denúncias.

garantia de direitos da referida “população”. Em 26 de maio, pouco menos de 20 dias após a denúncia de Wagner, o Ministério Público Federal (MPF) anunciou a “Semana de mobilização nacional em defesa das pessoas em situação de rua”, período no qual foram realizadas audiências públicas e concedido ampla divulgação sobre o tema na mídia e nas redes sociais. Na mesma semana, o MPF lançou as “Diretrizes de atuação do Ministério Público Brasileiro em Defesa das Pessoas em Situação de Rua durante a Copa do Mundo de 2014”, com minutas de recomendações sobre a ação policial e a abordagem social nas cidades sede dos jogos, no objetivo declarado de “evitar abusos” e construir processos de “saída das ruas” pelo acesso à rede socioassistencial.

Levou apenas um dia para que a Promotoria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul publicasse orientações baseadas nas diretrizes do CNMP. Assinada pela promotora Liliane Pastoriz, a recomendação reproduz parte do conteúdo presente no documento federal, selecionando os pontos atinentes à abordagem policial¹⁷. Uma semana depois, o jornal *Zero Hora*, de circulação estadual, publicou uma entrevista com Pastoriz, intitulada: “Promotoria orienta que sem-teto deixem as ruas de Porto Alegre”. Segundo o jornal¹⁸, a promotora solicitou que órgãos e instituições intensificassem as abordagens para auxiliar os “moradores de rua” na procura de albergues, no objetivo de evitar que se tornassem vítimas da violência. Alguns integrantes do MNPR demonstraram indignação diante daquelas declarações, pois pareciam apoiar a “limpeza” das ruas. Na semana seguinte, a Defensoria Pública da União (DPU), por meio de nota de imprensa assinada pela promotora

¹⁷ Dentre as recomendações mais significativas, estão as seguintes: a obrigatoriedade do uso de crachás de identificação pelos agentes policiais e da assistência social; o impedimento de ações vexatórias e de apreensão ilegal de documentos pessoais; a inocorrência de restrições de liberdade calcadas em preconceitos sociais; garantia do acesso aos locais oficiais de competição aos que os utilizavam como espaço de moradia e sustento; o zelo por uma abordagem humanizada e multidisciplinar, sendo que qualquer ação de gestão do espaço público deveria ser acompanhada por agentes dos serviços de abordagem social; o imediato repasse ao MP dos dados pessoais de todos os ingressos nos serviços de acolhimento municipal no período da Copa. O documento também dispôs sobre a internação compulsória, que só deveria ser decretada pelo juiz vigente, levando em conta as condições de salvaguarda do paciente, dos demais internos e dos funcionários.

¹⁸ ELY, Lara; SILVA, Rossana. *Zero Hora*. “Promotoria orienta que sem-teto deixem as ruas de Porto Alegre”. Porto Alegre, 3 de junho de 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/06/promotoria-orienta-que-sem-teto-deixem-as-ruas-em-porto-alegre4517180.html>>.



IMAGEM 1: Cartaz de divulgação da campanha lançada pelo MPF em defesa da população em situação de rua (Maio de 2014).

Fernanda Hahn, manifestou crítica aberta e direta à recomendação do MP, alegando repudiar qualquer ação de higienização humana¹⁹. A promotora Liliane Pastoriz, por sua vez, explicitou repúdio à matéria da *Zero Hora*, afirmando que suas declarações foram distorcidas e, em reunião com a comissão formada a partir do seminário, declarou:

Eu estou ofendida com essa matéria e não vou aceitar que digam que eu estou promovendo higienização! Mas a gente leva um susto porque nunca viu tanta gente na rua! É preciso pensar que permanecer nas ruas é uma postura política para pressionar a prefeitura a abrir mais vagas para vocês. Eu não estaria aqui se pensasse diferente de vocês. Mas fiquei preocupada, vocês conhecem a polícia melhor do que eu (Diário de campo, 04/06/2014).

¹⁹ MARTINS, Jomar. *Consultório Jurídico*. “DPU reage a recomendação do MP de recolher morador de rua em Porto Alegre”. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-11/dpu-reage-recomendacao-mp-recolher-morador-rua>>.

Na mesma reunião, o vereador Alberto Kopittke manifestou, também, o seu repúdio às declarações publicadas e defendeu a “permanência das pessoas nas ruas”, sob a proteção do MP. Em sua fala, o petista argumentou que a origem da violência no Brasil é institucional e que “é na madrugada que a constituição é rasgada”, reiterando que o monitoramento da ação policial é dever do MP e que, diante das proximidades do início dos jogos, era necessário responsabilizar-se. Nesse momento o vereador disponibilizou seus números telefônicos para os integrantes do MNPR e sugeriu uma ação conjunta, formada por pequenos grupos que sairiam à noite pelas ruas da cidade no intuito de “coletar relatos de abuso policial”. No dia seguinte, o mesmo vereador concedeu uma entrevista ao portal de notícias G1, figurando como coordenador da “Patrulha dos Direitos Humanos”. Sua declaração não poderia ser mais emblemática: “O que temos identificado é um problema histórico antigo de agressões que são cometidas por policiais. Isso não é uma prática comum da Brigada Militar, mas ação de dois ou três policiais, recorrentes na região central da cidade”. Doravante, a ambiguidade na admissão de uma violência institucional e de um “problema histórico”²⁰ passa a ser anunciada ao lado de uma individualização desse problema, causado pelo “desvio de conduta” de “dois ou três policiais”.

Ao todo, foram realizadas cinco intervenções do grupo durante a noite, distribuídas ao longo do mês de junho. A primeira “saída de campo” da Patrulha ocorreu dois dias após o seu anúncio pelo vereador. Algumas horas antes da ação, o grupo de autoridades participou da reunião do MNPR, ocasião na qual o MP, a DPERS, a DPU, a CEDE-CONDH e a Ouvidoria de Segurança Pública (OSP) foram unânimes em reificar a incondicionalidade de “dados precisos” sobre os relatos de abuso policial. Assim, Patrícia, a representante da OSP, orientou que as pessoas denunciassem as agressões, mas que fizessem a denúncia pelo menos com descrição física dos policiais. Roberto, que se apresentou como “morador de rua” e que na ocasião participava das reuniões do MNPR-RS pela primeira vez, questionou: “alguém aqui já sofreu

²⁰ CANOFRE, Fernanda. G1, RS. “Patrulha avalia risco a moradores de rua antes da Copa em Porto Alegre”. Porto Alegre, 7 de junho de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/porto-alegre-tem-patrulha-para-avaliar-situacao-de-moradores-de-rua.html>>.



IMAGEM 2: “Para prevenir abusos, grupo visita moradores de rua”.
Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 6 de junho de 2014.

agressão policial? Eu já apanhei muito sem nenhum motivo. E se esse ou aquele denunciar a violência, nós todos seremos protegidos? Por isso que muita gente não liga para a ouvidoria”²¹.

De fato, o contraponto de Roberto já havia sido colocado por muitos integrantes do MNPR e, ainda assim, a questão das “provas concretas” vinha à tona com frequência. Fernanda, psicóloga de formação e coordenadora técnica da CEDECONDH, alegou já ter trabalhado em presídios, onde conheceu muitos policiais e aprendeu que a grande maioria não compactua com essa violência contra a “população de rua”. No mesmo dia, a assessoria de imprensa do MP declarou que até o momento não existiam denúncias protocoladas, “apenas relatos de movimentos

²¹ Reunião do MNPR. Diário de campo de 06/06/2014.

sociais sobre o assunto”²². Com isso, a ênfase em “dados concretos” e “descrições detalhadas”, assim como a atribuição da violência estatal ao desvio de conduta de poucos policiais, marcaram o primeiro dia da “Patrulha dos Direitos Humanos” em Porto Alegre. A produção e articulação dessas assertivas tiveram papel fundamental nos resultados apresentados pelo grupo sobre suas atividades. Para melhor elucidar seus desfechos ambíguos, descrevo, a seguir, o segundo episódio de “patrulhamento” noturno, ocorrido na noite do dia 9 de junho, às vésperas da Copa do Mundo.

O condomínio horizontal

Naquela segunda-feira à noite, o frio era intenso em Porto Alegre. Por volta das 20h encontrei Consuelo, do PPDDH, Patrícia e Joel, ambos da OSP. Fui pego por eles na avenida Borges de Medeiros, centro da cidade, em um veículo institucional da Secretaria de Segurança Pública. De imediato, saímos da Borges de Medeiros e entramos na avenida Ipiranga, onde Consuelo notou que muitos “moradores de rua” já haviam saído dos locais onde costumavam dormir. Na mesma avenida, na altura do cruzamento com a rua Santana, avistamos três rapazes que conversavam no meio do canteiro de acesso a uma das pontes sobre o Arroio Dilúvio. Descemos do carro. Ao notar nossa aproximação, um deles afastou-se rapidamente, desvencilhando-se de Consuelo, que, em vão, tentou alcançá-lo para conversar. Um segundo jovem, após a nossa apresentação, disse que “não estava na rua” e desceu para a parte mais escura sob a ponte. Finalmente, Marcelo, um jovem branco de 27 anos, foi o único que aceitou conversar, enquanto bebia café em uma garrafa plástica. Catador de material reciclável, Marcelo afirmou dormir às vezes naquele local, onde a polícia costumava, segundo ele, agir com violência: “outro dia eles abriram a cabeça de um colega meu

²² VARGAS, Bruna. *Zero Hora*. “Para prevenir abusos, grupo visita moradores de rua a partir desta sexta na capital”. Porto Alegre, 6 de junho de 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/06/para-prevenir-abusos-grupo-visita-moradores-de-rua-a-partir-desta-sexta-na-capital-4520224.html>>.

e até levaram os meus documentos, mas eu não denuncio porque sei que depois eles se cobram”²³. Em dado momento, avistamos mais três pessoas sob a ponte, que foram se aproximando lentamente e muito desconfiados. Um deles, homem baixo, branco e com longa barba, já sabendo de nossas intenções, explicou que ali é o único espaço onde podem ficar tranquilamente e, ainda assim, são agredidos com frequência, mesmo “não fazendo mal a ninguém”. Patrícia, já sinalizando a despedida, entregou-lhes seu cartão com nome e telefone, informando que poderiam entrar em contato quando necessário, garantindo a preservação de suas identidades. Entramos no carro e, ainda estacionados, um dos integrantes da equipe comentou: “mas esses aí não são de rua, são usuários de drogas ou traficantes”.

Partimos para um terreno baldio na rua João Alfredo com a Érico Verissimo, local onde, conforme informações de muitos integrantes do MNPR, as “pessoas em situação de rua” e famílias removidas de algumas vilas estavam sendo alocadas pela BM. Já nas proximidades do terreno, Patrícia entrou em contato, pelo celular, com outra equipe que informou já ter visitado aquele espaço minutos atrás. Mesmo assim, resolvemos descer e observar discretamente. O terreno de esquina, em formato triangular, estava cercado com tapumes de madeira e, ao fundo, pelo quintal de algumas residências. Muitas barracas improvisadas com lona e madeira foram dispostas ao longo do terreno, assim como alguns colchões ao chão, separados por algumas tábuas. O local realmente escondia a presença daquelas pessoas, numa região de muita circulação de veículos e pouca iluminação. Antes de partirmos, Patrícia observou que, de fato, aquele era um “local tranquilo para ficar”.

Encontramos outra equipe já na altura da Usina do Gasômetro, localizada no circuito turístico da cidade, às margens do rio Guaíba. Fernanda, da CEDECONDH, Reinaldo Santos, do MNPR e outras duas assessoras do vereador Kopittke já nos aguardavam. Todos juntos, então, nos dirigimos para a estrutura paralisada de um aeromovel sob a qual descansavam três homens sobre colchões, cobertores e papelões. Esses companheiros estavam cercados por mochilas, sacos plásticos, restos

²³ Diário de campo, 09/06/2014.

de comida, uma mesa improvisada para sustentar talheres, copos, potes plásticos, algumas frutas, garrafas de bebida, além de um carrinho utilizado em coleta de material reciclável — elementos materiais que informavam a temporalidade da permanência daqueles sujeitos no local.

Pareciam dormir tranquilamente quando chegamos. O mais velho deles, de aproximadamente 50 anos, notou nossa presença e logo nos apresentou. Fernanda perguntou sobre a relação com a polícia, ao que ele esclareceu que até o momento não tinham sido expulsos do local porque estavam “negociando” com os policiais, “comprovando” estar apenas trabalhando, sem uso de drogas e, portanto, “sem incomodar ninguém”. Ouvíamos o som constante de sirenes, que parecia produzir tensão muito mais na equipe da “Patrulha” do que no alvo em potencial da polícia. Fernanda argumentava que seria mais prudente que eles dormissem em albergues e abrigos da cidade, pois, cedo ou tarde, seriam removidos pela polícia. Aquele senhor, então, explicou que nos locais de atendimento não os deixariam entrar com o seu principal meio de sustento: o carrinho de coleta. Uma segunda pessoa, que até o momento estava com a cabeça coberta, protegendo-se do frio, entrou na conversa. Ele estava na cidade há poucas semanas, vindo do interior do Rio Grande do Norte e, de imediato, disse que gostaria de dormir em outro lugar, sobretudo pelo frio daquela noite, mas que seria mais prudente levar o seu amigo para o albergue. Referia-se a um companheiro que permanecera deitado, sem interagir conosco, com a cabeça ao lado de uma pequena panela com macarrão: estava aos cuidados de seus amigos há três dias sem conseguir comer e com fortes dores estomacais.

A descoberta de um “doente” entre o grupo foi crucial. Agora, era uma “vida em risco” que estava em jogo e foi o que, de certa forma, autorizou a iniciativa quase incontestável de levá-lo ao hospital. Entre as conversas paralelas que surgiam, pude ouvir as duas assessoras comentando o impacto que a situação lhes causara, sobretudo pela proximidade com pessoas dormindo sobre papelões, cercadas por “lixo” e expostas ao frio rigoroso daquela noite. Enquanto isso, Fernanda e Consuelo tentavam, a todo modo, convencê-los a acessar cuidados médicos e abrigo institucional. O mais relutante era o senhor envolvido com a coleta de material reciclável, que não queria abandonar seu instrumento de trabalho. Foi nesse momento que Fernanda sugeriu: “quem

sabe, então, vocês vão para aquele terreno com tapumes, onde a polícia está deixando ficar e que é quase um condomínio horizontal” — referindo-se ao terreno baldio, para onde muitos já haviam sido encaminhados. “Eu não vou para lá me juntar com gente que usa drogas” — respondeu o homem, ainda sentado ao chão. Nesse instante, a terceira equipe, formada pelos acadêmicos Pedro Leite, Gabriela Jacobsen e pela promotora Fernanda Hahn, da DPU, chegou ao local. Éramos, então, 11 pessoas em pé ao redor de três ao chão. Multiplicavam-se sugestões para “resolver o caso” até que, enfim, aquele que estava doente aceitou ser conduzido ao pronto-socorro pela promotora Fernanda. Em pouco tempo, o serviço de abordagem social da prefeitura foi acionado e em 15 minutos já contávamos com outra equipe no local, agora formada por agentes que conduziram o restante do grupo para o albergue municipal — isso após convencê-los a deixarem o carrinho de coleta escondido sob uma lona plástica.

* * *

Negociando com agentes da segurança pública, três homens expuseram suas intenções positivas em relação ao trabalho e à ausência de uso de drogas, fato que serviu, também, como principal justificativa para não se deslocarem para o “condomínio horizontal”, com “pessoas que usam drogas”. Ainda poderíamos sugerir que relutavam ingressar em espaços institucionais porque também negavam as tecnologias normalizadoras que, de forma híbrida e heterogênea, situam a racionalidade governamental entre a hospitalidade e a hostilidade no interior de suas instituições (De Lucca, 2013). Mas também continuavam em uma zona potencialmente turística e corriam o risco real de remoção. Não imaginavam, porém, que seria tão cedo. Tampouco desconfiavam que as motivações para a intervenção sobre suas permanências no espaço público viriam de reações provocadas pela situação de “sofrimento” e precárias condições de alimentação, saúde e higiene tão agressivas ou comoventes ao olhar alheio.

Eram condições de “vulnerabilidade” declaradamente insuportáveis naquele anedótico encontro noturno, quando sensibilidades “externas” tiveram seus limites corporais, espaciais e morais questionados.

Os efeitos dessas reações ocorrem, sobretudo, quando regras, valores e identidades estabelecidas são drasticamente perturbadas (Rui, 2014), o que concede inteligibilidade aos esforços dos integrantes da “Patrulha” em encaminhar aquelas pessoas para locais supostamente mais acolhedores, onde teriam uma noite tranquila, fosse no “condomínio horizontal”, em albergues ou na fila de um hospital de pronto socorro. Essas motivações “humanitárias” ficariam por aqui não fosse o impressionante tom de inevitabilidade da ação policial que, a qualquer momento, daria vida ao seu conhecido poder ordenador, diante do qual a fuga para determinados esconderijos seria a solução mais eficaz para os integrantes da famosa Patrulha dos Direitos Humanos.

A comoção com o “sofrimento” e a preocupação com “corpos vulneráveis”, nesse caso, também produziu a gestão daqueles corpos. É Fassin (2014) quem nos alerta para o fato de que a avaliação do outro é sustentada por sentimentos de compaixão, sempre enlaçados com práticas repressivas, como nos processos de gestão de imigrantes na Europa, em que o humanitário engloba o político a partir da combinação de políticas de ordem e políticas de sofrimento que visam, de um lado, a proteção da *polis* e, de outro, o tratamento compassivo aos “escondidos” em campos de exceção (Fassin, 2014). Mesmo a construção de “zonas de proteção” guarda suas ambiguidades na concomitante formação de espaços de confinamento e evitação, onde “não há cuidado sem controle” (Agier, 2008: 14).

Ao estudar a complexa atuação do “governo humanitário” em campos de refugiados dispostos na África do Norte, Agier (2008) constatou que a gestão dos “indesejáveis” envolve a produção lexical e estatística de categorias identitárias e de espaços que lhes são associados, onde o humanitário e o repressivo são articulados em um dispositivo de controle sobre fluxos migratórios de toda sorte. Nessa maquinaria, o humanitário adquire duas caras. A primeira (pública) corresponderia à imagem cosmopolita de compaixão, de valores e ideais focalizados na ajuda aos refugiados; a segunda (privada), reafirmaria a segregação como condição necessária para o acesso à “ajuda externa”. Na dimensão cotidiana dessa espera, os “beneficiários” ingressam numa eterna insegurança: nem repatriamento, nem reintegração, apenas esparsos retornos forçados (Agier, 2008).

A estas alturas, o leitor está certo ao se questionar sobre a pertinência dessas contribuições etnográficas para o caso em foco neste ensaio. Obviamente, não estávamos em contexto de campos de refúgio e, tampouco, de organizações internacionais de ajuda humanitária. O que conseguimos visualizar é que as pessoas estavam sendo removidas da região central da cidade, afastadas, encurraladas, aterrorizadas entre ameaças, boatos, rumores e violência física real. Lembremos, então, que os agentes da assistência social foram fortemente recomendados pelo MP a acompanhar as abordagens policiais e “ajudar as pessoas a buscar abrigo” em Porto Alegre. Claro, agentes dos serviços social e policial não realizavam abordagens em conjunto o tempo todo. Mas ambos, à sua maneira, receberam recomendações para gerir o espaço público em nome da ordem urbana, muitas vezes vestida com discursos de cidadania e proteção e, no caso específico aqui tratado, com garantias inflamadas sobre “direito a ter direitos”, “direito de permanecer nas ruas” e “proteção contra abusos e higienização social”.

A disseminação discursiva da garantia de proteção e de direitos, por parte dos representantes que compunham a “Patrulha dos Direitos Humanos”, parece ter cumprido, assim, o papel de “humanizar” aquela equação prática entre “limpeza” e “proteção”, amenizando seus efeitos sobre o reconhecimento público de que Porto Alegre estava servindo de palco para ações higienistas. No máximo, a cidade teria sido cenário de “ações isoladas” que precisavam ser apuradas com informações concretas e não, apenas, com “relatos de movimentos sociais”. Ao mesmo tempo, a construção ou a permanência de uma “estrutura de campo”, como sugere Fassin (2014) para o contexto de imigração europeia, corresponderia a uma resposta específica a um problema de ordem pública, calcada na instituição de pequenos territórios de exceção, justificada por uma situação emergencial que faz da junção de pessoas uma solução aceitável. Sem a pretensão de arriscar comparações, gostaria apenas de sugerir que o consenso informal de que a “polícia estava deixando as pessoas ficarem”, de que “era um lugar tranquilo para ficar”, fez com que aquele espaço de relativo confinamento servisse, a um só tempo, como *campo de tolerâncias e evitações*, onde aquelas existências eram suportadas mediante a condição de serem evitadas, empurradas para um escuro incerto de uma espera duvidosa.

A despeito disso tudo, Porto Alegre, publicamente, livrou-se do fantasma da higienização social. Onze dias após a experiência acima descrita, o jornal digital *Sul21* publicou a matéria intitulada: “Grupo que avalia situação de moradores de rua durante a Copa descarta higienização em Porto Alegre”. Novamente, Alberto Koppttike é o porta voz na afirmação de que “não há nenhuma denúncia concreta [...] o que percebemos é a ocorrência de problemas históricos como a violência policial, especialmente de dois brigadianos [policiais militares] que ficam no centro da cidade, mas nada específico sobre a Copa”. Ainda assim, o mesmo vereador reconheceu a existência de “registros de retiradas de moradores de rua dos pontos turísticos, por meio de ameaças, porém, deixando-os ficar em locais de pouca visibilidade, como terrenos cobertos com tapumes”²⁴. Com essas declarações é como se pudessemos visualizar um percurso publicizado do Estado às suas *margens* e o quanto esse deslocamento, propiciado pelo clamor pela garantia de direitos humanos, foi extremamente produtivo. Produziu Estado, produziu classificações, explicitou moralidades e potencializou a gestão da pobreza urbana sob a roupagem da humanização.

Desfechos finais: a potência dos rumores

Um dia antes da publicação da matéria pelo *Sul21*, na qual a higienização foi descartada, os integrantes do MNPR realizaram uma reunião de avaliação sobre as ações da “Patrulha dos Direitos Humanos”. Margarete, apoiadora do movimento e técnica da rede assistencial, ponderou que até o momento a relação com os policiais “estava tranquila”. Mas a contraposição a essa tranquilidade apareceu de forma imediata em muitos relatos daquela tarde: Edison, militante de 29 anos, em “situação de rua”, disse ter presenciado, na noite anterior, a ação de um “camburão que levou todo mundo que estava sem documento”.

²⁴ PASINATO, Nicolas. *Zero Hora*. “Grupo que avalia situação de moradores de rua durante a Copa, descarta higienização em Porto Alegre”. Porto Alegre, 21 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/grupo-que-avalia-situacao-de-moradores-de-rua-durante-a-copa-descarta-higienizacao-em-porto-alegre/>>.

Mateus, advogado e apoiador do MNPR, acrescentou que em Sapucaia do Sul, região metropolitana, houve um aumento de 20 para 200 “pessoas em situação de rua” e que “a maioria disse ter vindo de Porto Alegre”. Também não foram raros os episódios narrados, segundo os quais a truculência policial relacionava-se com os aparatos de proteção disponibilizados durante a Copa: quando policiais encontravam cartões institucionais com números telefônicos da DPU, da CEDECONDH, do Disque 100 ou qualquer folheto referente aos “direitos humanos”, a rispidez duplicava-se durante as abordagens: “era uma surra a mais”.

Enquanto informações dessa natureza multiplicavam-se, por onde estaria Wagner no meio disso tudo? Poucas notícias soubemos além daquelas proferidas em tom de preocupação por Consuelo, advogada responsável por sua inserção no PPDDH. Segundo ela, Wagner estava causando problemas a si mesmo, pois não se adaptara às regras do programa de proteção, que incluíam contato mínimo com o mundo externo e permanência em uma cidade do interior. Posteriormente, ela retornou às reuniões do MNPR para pedir ajuda na localização de Wagner, que havia “fugido” da proteção oferecida pelo programa. Em 11 de junho, finalmente, os dois apareceram juntos em uma festa de aniversário que realizamos ao ar livre para um militante do MNPR. Naquela tarde de festejos, que ocorreu no Largo do Zumbi, centro de Porto Alegre, três policiais apareceram a cavalo e, segundo Wagner, um deles era o *Steve*. Ao vê-lo, Wagner entrou em pânico e foi aconselhado por Consuelo a não demonstrar medo nessas horas, pois “seria pior”. No final daquele ano, Edison transmitiria uma informação preocupante: a barraca onde Wagner dormia nas ruas fora queimada por *Steve*.

Os “inquilinos” do “condomínio horizontal” também foram “despejados” assim que a poeira baixou. Em pouco mais de um mês, a instalação daquelas pessoas no terreno baldio foi anunciada como um problema que impedia o “sonho da casa própria” de um dos mais importantes grupos teatrais da cidade, que aguardavam a construção, pela prefeitura, da sede para a instalação de um centro experimental de atores. No dia 30 de julho, as famílias que lá estavam (muitas originárias de remoções forçadas que ocorreram durante a Copa), foram “convidadas a se retirarem” com a presença da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Guarda Municipal e da FASC. Alguns grupos resistiram,



IMAGENS 3 E 4: "Ocupação de terreno impede obras da Terreira da Tribo na Cidade Baixa". Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 23 de julho de 2014.



mas teriam sido “convencidos” por assistentes sociais a saírem do local com a garantia de vagas em abrigos. Assim que partiram, as barracas improvisadas foram demolidas.

Tudo nos leva a concordar que quanto mais aparatos de proteção e ajuda emergencial, maior a ameaça. Taniele Rui (2014), em pesquisa sobre a trama social que envolve o consumo de *crack*, constatou, em diálogo com outras investidas etnográficas, que é justamente a presença das forças estatais que produz o sentimento de abandono entre

os usuários de *crack*, sobretudo quando os responsáveis pela garantia de uma ética do espaço e do uso da substância são presos ou fogue. Ironicamente, é isso que nos permite questionar se o exagero de práticas e discursos de proteção e denúncia de violência de toda sorte não produziria, também, o transbordamento da repressão estatal e a complexificação de *tessituras de evitação*, tramadas por enunciações ambíguas e muito produtivas quando se trata de “gerir os indesejáveis” (Agiar, 2008). Nessa linha reflexiva, ganham mais sentido e potência as palavras tanto de Edison, militante do MNPR, quanto de Fassin, antropólogo francês: para o primeiro, “quanto mais querem ajudar, mais nos tiram”; para o segundo, a expressão da ajuda aos indesejáveis “traz menos benefícios a essas figuras que a nós mesmos, uma vez que demonstramos o quão humano realmente somos” (Fassin, 2014: 17).

Os rumores que movimentaram e articularam agentes, instituições, práticas e discursos diversos foram os mesmos que serviram como impulso para legitimar instituições, efeito causado pelo controle de mensagens e pela relegação das experiências ao mundo dos “relatos sem comprovação”, comumente transfigurados em “falsidades” e “intrigas” pelo controle estatal sobre narrativas de medo e indignação (Trajano Filho, 1993). Assim, as operações lançadas pela “Patrulha” especificaram a multiplicidade de atores envolvidos na mediação, denúncia e rejeição que envolve a gestão de determinadas “populações” (Rui, 2014). Com um olhar mais próximo, uma cadeia complexa de tensões espaciais e sociais se desvela, dinamizada pela violência policial, pelo poder midiático e pelas estratégias de sujeitos inclinados à concorrência de cargos políticos. Complexidade de atores, interesses políticos e práticas de visibilidade estatal potencializadas por pessoas “em situação de rua”, os espaços que ocupam e os discursos que mobilizam ao reivindicar a intervenção de órgãos responsáveis pela garantia de direitos.

Mas, ao atentarmos para a compreensão de Veena Das (2004) sobre a lei enquanto um poder esmagador, cujas regras são representadas na vida cotidiana através de rumores, fofocas e zombarias, servindo como caminhos possíveis na reivindicação por direitos, visualizamos outras potencialidades sobre as questões aqui debatidas. É possível argumentar que os rumores sobre os “galpões de Viamão” geraram medo, indignação e mobilização, o que implicou instituições historicamente

omissas aos casos relatados. Ao proferirem reações de medo e revolta, os militantes deixavam claro que alguém precisava ser responsabilizado, cobrando engajamentos e envolvimento de diferentes instâncias. Na dinâmica desses engajamentos, enquanto o Estado produzia sua ilegibilidade ao interpretar, classificar fenômenos e fazer circular informações “oficiais” (Araújo, 2016), os militantes do MNPR reiteravam constantemente a continuidade da violência policial e das múltiplas formas de agressão no interior dos serviços de acolhimento institucional. Nesse processo, históricas intervenções urbanas e tecnologias de governo foram tematizadas pelos rumores e inscritas em um espaço de enunciação no qual a relação entre o Estado e as “populações vulneráveis” foram pensadas, debatidas e, sobretudo, alocadas em um campo de disputa por versões da experiência social.

Em nenhum momento, portanto, as pessoas deixaram de construir versões que concorriam com as declarações oficiais, ao mesmo tempo em que suscitavam respostas e responsabilidades. Além do mais, a aproximação com “autoridades” concedeu, em alguma medida, legitimidade para a mobilização política. Eis, aqui, a ambiguidade da relação com o Estado, já apontada por Lacerda (2015), na qual ora se manifesta a necessidade de apoio e proteção, ora são reunidos instrumentos para a luta contra práticas e discursos estatais. Ou tudo isso ao mesmo tempo: quando apoiadores do MNPR, vinculados à gestão pública, anunciavam o descrédito dos rumores, as pessoas “em situação de rua” multiplicavam outros rumores que não deixavam perder de vista uma brutalidade latente na cidade. Rumores produziram mais rumores, sensibilidades, enunciação pública da violência, visibilidade política e, a todo instante, contestação das narrativas oficiais: “o Estado assume que é criminoso e ninguém faz nada”, desabafou Rosângela em uma reunião do MNPR; João de Deus, por sua vez, deixou claro que, diante de todos os relatos de intervenções ostensivas durante a Copa, nada desmoralizaria a certeza de que “o maior violador de direitos humanos é o Estado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *Gerer les indésirables: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion, 2008.
- ARAÚJO, Fábio. Não tem corpo, não tem crime: notas sociológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, a. 22, n. 46, p. 37-64.
- BLÁZQUEZ, Gustavo. Fazer cultura. Fazer-se Estado. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 37-61, abr. 2012.
- BATES, Karine. La mouvance des droits humains. In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). *Droits et cultures en mouvements*. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 27-39.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). State and its Margins. In: _____. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DAS, Venna. The Signature of the State: the Paradox of Illegibility. In: ____; POOLE, D. (Orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.
- _____. Nem dentro nem fora do albergue: transformações e usos de um dispositivo da assistência. In: CUNHA, N. e FELTRAN, G. (Orgs.). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 2014.
- FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: A economia moral das políticas de imigração na França. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 15, 2014.
- _____. *La force de l'ordre: une anthropologie de la police des quartiers*. Paris: Éditions du Seuil, 2011.
- FERREIRA, Jaqueline; SCHUCH, Patrice (Orgs.). Apresentação. In: _____. *Diretos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

- FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e dos menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 10, 1999, p. 83-121.
- FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, 2005.
- GUTTERES, Anelise. A resiliência enquanto experiência de dignidade: *antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014* (Porto Alegre e Rio de Janeiro). 2014. 373 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- HÉBERT, Martin. Les droits des peuples autochtones. Rapports avec l'État, mobilisation des instruments transnationaux de reconnaissance et nouvelles subjectivités politiques au Mexique et au Canada. In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). *Droits et cultures en mouvements*. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 61-78.
- HILGERS, Mathieu. La production de l'Etat néolibéral. In: ____ (Org). *État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 79-92.
- JAEINISCH, Samuel. Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como espaço de mediação. In: ____; SCHUCH, P.; FONSECA, C. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisas em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 121-131.
- LAMOUREUX, Diane. Le droit d'avoir des droits - Que faisons-nous politiquement lorsque nous revendiquons des droits? In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). *Droits et cultures en mouvements*. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 41-57.
- LACERDA, Paula. *Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- LEMÕES, Tiago. A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. 11, n. 21, p. 47-61, 2014(a).
- _____. População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29, 2014. *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Natal: 2014 (b).
- MELO, Tomás. Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional de População de Rua. In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 10, 2013. *Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul*. Córdoba: 2013.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Pluralizando tradições antropológicas: sobre um certo mal-estar na antropologia. *Cadernos do Leme*, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 2-27, jan./jun. 2009.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.
- RIBEIRO, Gustavo L. Cultura, direitos humanos e poder: mais além do império e dos humanos direitos — por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, C. (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 29-48.
- RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SAILLANT, Francine. Pour une anthropologie critique des droits humains. In: __; TRUCHON, K. (Orgs). *Droits et cultures en mouvements*. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 7-22.
- SCOTT, James. *Zomia: ou l'art de ne pas être gouverné*. Paris: Editions Seuil, 2013.
- SCHUCH, Patrice, et al. População em Situação de Rua em Porto Alegre: especificidades sócio-antropológicas. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.; SANTOS, S. (Orgs.). *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de afrobrasileiros, coletivos indígenas, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008, p. 31-70.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Rumores: uma narrativa da nação. *Série Antropologia*, Brasília, 1993, p. 1-54.
- WACQUANT, Loïc. Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique. In: HILGERS, M. (Org.). *État neoliberal et régulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 27-35.

